



A criminalização da pobreza sob o signo do “choque de ordem”: uma análise dos primeiros cem dias do governo Eduardo Paes a partir das capas de *O Globo*¹

Pablo LAIGNIER²

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ

Rafael FORTES³

Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, RJ

Resumo:

Este trabalho opera uma análise das cem primeiras capas do jornal impresso *O Globo* no ano de 2009, com o objetivo de articular as manchetes sobre o “Choque de Ordem” promovido pela prefeitura municipal recém empossada e a noção de criminalização da pobreza, tal como aparece na obra do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. O artigo é composto por uma primeira seção onde se busca apresentar o panorama político-econômico do processo de globalização, sua relação com as práticas de poder teorizadas por Deleuze e o consequente processo de criminalização da pobreza apontado por Bauman; a segunda seção apresenta a análise dos dados empíricos coletados.

Palavras-chave: *O Globo*; Rio de Janeiro; Espaço Urbano; Jornal Impresso; Choque de Ordem.

Não figura nos mapas, mas existe. É invisível, mas existe. Há uma parede que ridiculariza a memória do Muro de Berlim: levantada para separar os que têm dos que necessitam, ela divide o mundo inteiro em norte e sul, e também traça fronteiras dentro de cada país e dentro de cada cidade. Quando o sul do mundo comete a ousadia de saltar esse muro e se mete onde não deve, o norte lhe recorda, a pauladas, qual é o seu lugar. E o mesmo acontece com as invasões de cada país e de cada cidade a partir das zonas malditas (Galeano, 2004, p. 170).

1. Introdução: cenário e método

Eleito em uma campanha cujo segundo turno foi pautado – sobretudo na mídia corporativa – pela discussão em torno das favelas e da ideia de “ordem urbana”, uma das primeiras medidas do atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB), foi a criação de uma Secretaria Municipal de Ordem Pública.⁴ Este órgão tornou-se (e

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pablo Laignier é pesquisador do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC/UFRJ) desde 2007 e doutorando em Comunicação pela mesma instituição. Contato: pablolaignier@yahoo.com.

³ Doutor em Comunicação, jornalista e historiador. Organizador dos livros *Segurança Pública, Direitos Humanos e Violência* e *Introdução à História da Comunicação*. Contato: raffortes@hotmail.com.

⁴ A manchete de *O Globo* em 5/10/2008, dia do segundo turno da eleição, exemplifica o tom que norteou a cobertura da campanha. Sobre a foto de uma favela (vista a partir da praia) lia-se: “Quem vai dar jeito nisso?”. Subtítulo: “Favelização, trânsito caótico, desordem urbana e conservação de ruas são desafios para novo prefeito”. Uma imagem desta capa pode ser encontrada em <http://rafaelfortes.files.wordpress.com/2008/10/o-globo-5-10-08-003.jpg>. Acesso em 10/6/2009.



continua) responsável por uma série de ações de intensa visibilidade midiática, sob a alegação de “estabelecer a ordem” no município.

Esta atuação da prefeitura não ocorre de forma isolada, mas inserida em um contexto social, histórico e midiático que inclui: a) uma visão das favelas como *problema* e *ameaça* (e não como solução provisória); b) uma visão que percebe a pobreza como ameaça e busca criminalizá-la;⁵ c) 16 anos consecutivos de mandatos do PFL/DEM, panorama conservador inalterado em 2008; d) a candidatura de Eduardo Paes foi lançada e afiançada pelo governador Sérgio Cabral Filho, que patrocinou sua entrada no PMDB. No que diz respeito às áreas pobres, o governo do estado pratica uma política violenta que resultou em 1.330 mortes cometidas pela polícia em 2007 (dados oficiais do Instituto de Segurança Pública) e que possivelmente ultrapassou tal número em 2008 (os dados finais consolidados ainda não foram divulgados). Uma face recente desta política é a construção de muros em torno de favelas localizadas em bairros da Zona Sul, área mais valorizada da cidade, sob o pretexto de proteger a mata nativa e conter o crescimento das favelas.

Este artigo analisa a forma como *O Globo* cobriu os cem primeiros dias de governo do atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB), mais especificamente a partir das capas produzidas no período (1/1 a 10/4/2009), incluindo como material empírico todas as chamadas, textos, fotos e legendas que fizessem referência ao “choque de ordem” propriamente dito, a denúncias de “desordem” e a demandas de atuação da prefeitura em relação ao tema. O material selecionado (relativo ao “choque de ordem”) compõe a maior parte das menções, na capa, à prefeitura e à atuação do prefeito recém-empossado.

A primeira parte do artigo discute a tendência do processo simbólico-

⁵ Como parte do processo de criminalização da pobreza, podemos citar eventos recentes: a lei estadual 5.265/2008 que, na prática, inviabiliza a realização de muitos bailes funks – principal diversão da juventude pobre do Grande Rio; as iniciativas dos poderes Judiciário e Executivo do Rio Grande do Sul de combater o MST, incluindo o fechamento de escolas itinerantes; a prisão de lideranças de movimentos sociais (do MAB, por exemplo) e a condenação de defensores de direitos humanos no Pará (como o advogado José Batista Gonçalves Afonso); a perseguição às rádios comunitárias pela polícia e Anatel (de acordo com *O Globo*, “haveria pelo menos mil rádios piratas” (10/2) operando nas favelas do Rio de Janeiro). Um panorama da situação com foco no Rio de Janeiro encontra-se no relatório *Os Muros nas Favelas e o Processo de Criminalização*, apresentado em 14/5/2009 em reunião pública realizada na OAB/RJ, à qual um dos autores deste artigo esteve presente. O relatório e as falas da maioria dos presentes apontaram diferentes aspectos da política de criminalização da pobreza em vigor no Rio de Janeiro. Michelle Amaral, “Sem provas, advogado da CPT é condenado à prisão”, *Agência Brasil de Fato*, 27/6/2008. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/sem-provas-advogado-da-cpt-e-condenado-a-prisao>. Acesso em 10/6/2009. “Os Muros nas Favelas e o Processo de Criminalização”, disponível em <http://www.observatoriodefavelas.org.br/userfiles/file/Relatorio%20os%20Muros%20da%20Favela.pdf>. Acesso em 10/6/2009.



operacional da sociedade de controle em criminalizar a pobreza. Na segunda, procedemos à análise do material empírico citado acima. É importante ressaltar que este artigo aborda dados muito recentes e não possui o distanciamento histórico necessário para uma análise que tire conclusões abrangentes e definitivas sobre o “choque de ordem” e a relação entre o jornal *O Globo* e o governo de Eduardo Paes. Porém, os autores deste artigo acreditam que problematizar questões atuais buscando uma leitura crítica sobre os pontos que interferem diretamente em sua vivência cotidiana pode ser de extrema relevância no sentido de uma compreensão comunicológica das práticas de poder envolvidas no discurso da mídia hegemônica.

2. Globalização, sociedades de controle e pobreza estrutural

Há muitas possibilidades de se encarar o processo de globalização. Como se trata de um conjunto amplo de processos que engloba fatores políticos, econômicos, coercitivos e simbólicos (THOMPSON, 2008, p. 135-137), não é possível definir a globalização a partir de um único elemento e de forma simplista. Ainda assim, pode-se apontar que este amplo processo possui características já analisadas por diferentes pensadores que ajudam a explicar, em certa medida, a direção ideológica para a qual vem apontando o discurso jornalístico na atualidade.

Autores como Zygmunt Bauman (1999) e Milton Santos (2004) afirmam, em algumas de suas obras, que o direcionamento político do mundo atual é o da subordinação das nações-Estado à política financeira internacional, algo que Guy Debord, de forma um tanto enigmática, também aponta em seus tardios comentários (publicados em 1989) sobre a “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1997, p. 165-237).

Bauman afirma que

o significado mais profundo transmitido pela idéia de globalização é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo (BAUMAN, 1999, p. 67).

Porém, em sua obra posterior *Modernidade Líquida*, Bauman apresenta um panorama holístico sobre o mundo atual, no qual suas formulações teóricas expõem a questão do poder não como inexistente, mas como inaparente. A diluição das práticas de poder que não partem mais de um centro claramente identificável, possuindo agora objetivos mais econômicos do que políticos, evidencia uma relação de pouca responsabilidade entre dominantes e dominados:

O que quer que a história da modernidade seja no estágio presente, ela é



também, e talvez acima de tudo, *pós-Panóptica*. O que importava no Panóptico era que os encarregados “estivessem lá”, próximos, na torre de controle. O que importa, nas relações de poder pós-panópticas é que as pessoas que operam as alavancas do poder de que depende o destino dos parceiros menos voláteis na relação podem fugir do alcance a qualquer momento – para a pura inacessibilidade (BAUMAN, 2001, p. 18).

Assim, Bauman remete à teoria foucaultiana de uma “sociedade disciplinar”, o que para Michel Foucault seria a maneira como as práticas de poder se configurariam entre os séculos XVIII e meados do século XX. O modelo da prisão panóptica definido por Jeremy Bentham, segundo Foucault, serviria como exemplo da constituição arquitetônica que passou a predominar nos grandes centros europeus (de países como França, Alemanha, Inglaterra):

Seria preciso fazer uma “história dos espaços” – que seria ao mesmo tempo uma “história dos poderes” – que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do *habitat*, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômico-políticas (FOUCAULT, 1979, p. 212).

Com o desenvolvimento do capitalismo e o deslocamento do eixo político-econômico para os Estados Unidos da América a partir da segunda metade do século XX, o paradigma do sistema vai gradualmente pesar mais sobre o consumo do que sobre a produção e a configuração das práticas de poder assume um caráter diferente do apontado por Foucault. É um contemporâneo seu, Gilles Deleuze, quem opera uma análise que, partindo da obra de Foucault, aponta os desdobramentos da vigilância panóptica e sua reconfiguração na contemporaneidade. No texto *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*, Deleuze diferencia estes dois momentos sociais, mostrando que “Foucault situou as *sociedades disciplinares* nos séculos XVIII e XIX; atingem seu apogeu no início do século XX. Elas procedem à organização dos grandes meios de confinamento” (DELEUZE, 1992, p. 219). Porém, devido às mudanças enumeradas acima, este autor afirma em seguida que “as disciplinas (...) conheceriam uma crise, em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitariam depois da Segunda Guerra mundial: sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser”(DELEUZE, op. cit., p. 219-220).

Como características da “sociedade de controle”, Deleuze cita o desenvolvimento tecnológico, a ênfase no consumo (produto) mais do que na produção, uma relação com práticas de poder que operam mais no tempo do que no espaço e a constituição de um panorama no qual a eficácia efêmera é mais importante do que os



conceitos de verdade e mentira e seus desdobramentos a longo prazo. Deleuze afirma que o confinamento panóptico cedeu lugar ao endividamento, cita o surfe como metáfora deste panorama e afirma:

É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas (id., p. 224).

Debord, por sua vez, a partir de uma ótica marxista, apresenta algumas características sobre o período atual, em que a configuração contemporânea da “sociedade do espetáculo” apontada por ele mesmo em 1967 assumiria ares mais totalitários do que antes, na medida em que o *espetacular difuso* de países de economia aberta (tal como os EUA) e o *espetacular concentrado* dos países socialistas (tal como a URSS) estariam então se misturando no chamado *espetacular integrado*, fruto do processo de globalização, do avanço do capitalismo de consumo e do desenvolvimento das redes globais de telecomunicações. Para Debord,

a sociedade modernizada até o estágio do espetacular integrado se caracteriza pela combinação de cinco aspectos principais: a incessante renovação tecnológica, a fusão econômico-estatal, o segredo generalizado, a mentira sem contestação e o presente perpétuo (DEBORD, 1997, p. 175).

Ainda com relação ao processo de globalização e suas práticas de poder, o autor brasileiro Milton Santos apresenta a questão da pobreza como um elemento estrutural deste sistema:

Essa globalização tem de ser encarada a partir de dois processos paralelos. De um lado, dá-se a produção de uma materialidade, ou seja, das condições materiais que nos cercam e que são a base da produção econômica, dos transportes e das comunicações. De outro há a produção de novas relações sociais entre países, classes e pessoas. A nova situação, conforme já acentuamos, vai se alicerçar em duas colunas centrais. Uma tem como base o dinheiro e a outra se funda na informação. Dentro de cada país, sobretudo entre os mais pobres, informação e dinheiro mundializados acabam por se impor como algo autônomo face à sociedade e, mesmo, à economia, tornando-se um elemento fundamental da produção, e ao mesmo tempo da geopolítica, isto é, das relações entre países e dentro de cada nação (SANTOS, 2004, p. 65).

Zygmunt Bauman aponta como característica deste momento atual da globalização, ou ainda, da “sociedade de controle”, “de consumo”, ou “do espetáculo”, a tendência à criminalização da pobreza, a partir da ótica de que os grandes problemas sistêmicos passam a ser encarados como de responsabilidade de suas próprias vítimas:

Dada a natureza do jogo agora disputado, as agruras e tormentos dos que dele



são excluídos, outrora encarados como um malogro *coletivamente* causado e que precisava ser tratado com *meios coletivos*, só podem ser redefinidos como um *crime individual*. As “classes perigosas” são assim redefinidas como *classes de criminosos*. E, desse modo, as prisões agora, completa e verdadeiramente, fazem as vezes das definhantes instituições do bem-estar (BAUMAN, 1998, p. 57).

Ao afirmar que em uma sociedade de consumidores há uma forte tendência ao individualismo (algo corroborado por Santos na obra citada anteriormente), Bauman demonstra que, se a globalização como projeto pretendia assegurar soluções globais para questões locais, percebe-se agora que as falidas nações-Estado vêm tentando remediar, de forma local, os problemas globais, tais como o desemprego e os altos índices de concentração de renda e desigualdade sociais. Para Bauman, ser hoje um *consumidor falho* significa evidenciar as próprias falhas sistêmicas e, neste sentido, estes cidadãos devem ser excluídos a qualquer custo. Trata-se de uma dupla exclusão, portanto: aos excluídos, a criminalização (e conseqüente encarceramento) que os exclui concretamente da visão dos incluídos. Bauman usa, para sustentar este argumento, alguns dados sobre as prisões norte-americanas, cuja população carcerária vem aumentando sobremaneira nas últimas décadas. Nestas prisões – nada muito diferente do Brasil –, predominam as classes populares e as etnias menos favorecidas pelo processo de desenvolvimento histórico do próprio país em questão:

No início de 1994, ao todo 2.802 pessoas estavam aguardando execução em prisões americanas. Destas, 1.102 eram afro-americanas, enquanto 33 foram sentenciadas à morte quando muito jovens. A esmagadora maioria de reclusos no corredor da morte provém da chamada “classe baixa”, esse imenso e crescente depósito onde se armazenam os fracassados e rejeitados da sociedade consumidora (BAUMAN, 1998, p. 59).

As práticas de poder no momento atual atuam a partir de um círculo vicioso, no qual a relação de controle é, simultaneamente, de “punição e prêmio”(DELEUZE, op. cit.). O cartão de crédito que garante a liberdade de consumo é o mesmo que opera a cobrança da dívida. Neste sentido, trata-se um poder extremamente excludente, visto que aqueles que não podem ingressar no “jogo do consumo”(daquele consumo oficialmente legitimado pelos setores e empresas hegemônicas), tornam-se elementos redundantes para o sistema, pessoas a serem evitadas. A responsabilidade por não integrarem o sistema de forma plena, embora isto seja cada vez mais difícil, é relegada às próprias pessoas pobres, redundantes, consumidores falhos ou mesmo refúgio humano. Como afirma Bauman,

cada vez mais, ser *pobre* é encarado como um crime; *empobrecer*, como o



produto de predisposições ou intenções criminosas – abuso de álcool, jogos de azar, drogas, vadiagem e vagabundagem. Os pobres, longe de fazer jus a cuidado e assistência, merecem ódio e condenação – como a própria encarnação do pecado (BAUMAN, 1998, p. 59).

3. O “Choque de Ordem” nas páginas de *O Globo*: favelas e trânsito no espaço urbano carioca

No período analisado, três temas receberam a manchete principal em vários dias: o ataque de Israel à Faixa de Gaza, a posse e o início do governo de Barack Obama nos Estados Unidos e a crise do capitalismo. O “choque de ordem” da prefeitura ocupou tal lugar raras vezes, mas obteve muitas chamadas e, principalmente, fotos na capa.

As primeiras chamadas defenderam a política de cortes nos investimentos e nas despesas com salários. Em 2/1, *O Globo* destacou a promessa do prefeito de “austeridade” e de cortar “gastos com pessoal e contratos”. Dos 40 decretos assinados logo no início da gestão, o periódico *Globo* elencou o de “Ordem Pública” entre os cinco principais. No dia seguinte, uma chamada destacava: “Choque de ordem terá 2 mil homens”.⁶ Era o prenúncio do mote principal escolhido para a cobertura dos 100 primeiros dias do novo governo.

A chamada para um editorial citava o seguinte trecho: “O choque de ordem é uma opção correta. Mas precisa ser mantido como política permanente” (7/1). A única crítica às medidas da prefeitura surgiu quando esta apreendeu bicicletas:

Que ordem é essa? (...) A prefeitura do Rio, que diz incentivar o uso de bicicletas, mas quase não constrói bicicletários, decidiu punir os que as prendem em postes para evitar que sejam roubadas. Embora no mundo inteiro bicicletas fiquem nas ruas, no Rio isso está sendo punido por ações do Choque de Ordem como a de ontem no Catete e no Flamengo (17/3).

Destacamos dois aspectos relacionados entre si. Primeiro: a apreensão se deu em dois bairros contíguos da Zona Sul. Do ponto de vista geográfico e econômico, cabe ressaltar que a esmagadora maioria das chamadas e notícias sobre o “choque de ordem”, bem como denúncias de situações que, na visão do jornal, configuravam desordem e necessitavam de intervenção da prefeitura disse respeito aos bairros situados na Zona Sul, Tijuca, Centro e orla da Zona Oeste (Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes)⁷, áreas que concentram boa parte da classe média e alta da cidade.

⁶ Os números recebem destaque em toda a cobertura e são utilizados como índice de eficiência das operações, sobretudo nos infográficos: “Operação em 8 bairros multa 144 carros (...) – 101 deles em Copacabana (...)” (6/1).

⁷ De acordo com o *Mapa da Exclusão Social*, Centro, Zona Sul, Tijuca e Barra da Tijuca detêm 24,6% da população do município e contam com 86,9% dos equipamentos culturais da cidade. Disponível em <http://www.eliomar.com.br/site/cultura/mapaexclusao.htm>. Acesso em 10/6/2009.



Segundo, trata-se da única ocasião em que a política repressiva foi contrastada com a falta de uma política pública que garantisse aos cidadãos a possibilidade de agir dentro da “ordem”. Dentre todos os alvos do “choque de ordem”, os ciclistas foram os únicos a ter a postura “desordeira” justificada pelo jornal. Na visão de *O Globo*, a “desordem” causada por camelôs, moradores de rua, crianças que se prostituem para comprar droga, vendedores ambulantes e moradores de favelas, entre outros, nada tem a ver com a ausência de garantia, por parte do Estado, de direitos como moradia, trabalho, saneamento básico e escola pública em tempo integral.

O veículo enquadrou sob o nome-fantasia criado pela prefeitura ações repressivas relativas a diversos temas: a) recolhimento de menores de idade que se prostituem e consomem drogas nas ruas (“A Operação Choque de Ordem, da prefeitura do Rio, fez ontem uma das maiores ações já realizadas contra [sic] menores de rua envolvidos com o crack”, 9/4); b) apreensão de mercadorias (“Foram apreendidas 50 toneladas de mercadorias”, 6/1; “Fechado depósito clandestino de camelôs no Rio”, 8/1); c) repressão à “publicidade irregular” (7/1). Dentre os variados aspectos da vida urbana carioca escolhidos pela prefeitura para ataque sob o signo do “choque de ordem”, dois receberam particular destaque no periódico e, por isso, são explorados em itens específicos a seguir: favelas e trânsito.

3.1. Moradia, favelas, demolição

Do ponto de vista da construção da notícia, os textos apresentam reiteradamente o prefeito e o secretário de Ordem Pública como enunciadores dos conteúdos correspondentes às chamadas. Às vezes isso ocorre em dias seguidos, como no início de janeiro, quando o espaço à esquerda da capa constituiu uma espécie de *cantinho do secretário*. Em 3/1, à chamada “Choque de ordem terá 2 mil homens” seguiu-se o texto que começava com “O secretário de Ordem Pública, Rodrigo Bethlem, anunciou que segunda-feira dois mil servidores (...)”. No dia seguinte, a chamada garantia: “Mendigos não poderão dormir na rua”. Abaixo, o texto explicava: “O novo secretário especial de Ordem Pública, Rodrigo Bethlem, anunciou que moradores de rua serão proibidos de dormir em calçadas, praias e sob viadutos a partir de amanhã, quando começa a operação da prefeitura contra a desordem urbana no Rio.” Em 6/1, quando as primeiras operações mereceram a manchete (“Ação contra a desordem no Rio começa com demolições”), o texto informou que “o secretário de Ordem Urbana, Rodrigo Bethlem, pediu apoio à população. O prefeito Eduardo Paes disse que é trabalho para quatro



anos”.

Salta aos olhos a simplificação no tratamento de um assunto complexo como a existência de pessoas que dormem nas ruas.⁸ Da maneira como a ação é anunciada, parece que basta apenas um decreto para, automaticamente, se viabilizar os meios para o desaparecimento da numerosa população em situação de rua no segundo município mais populoso do país.

A existência de “carrinhos de catadores de papel (...), veículos abandonados e mendigos em barracos improvisados” tornou-se evidência de que “o choque de ordem ainda não chegou” ao “Jardim de Alah e da desordem”(24/1).⁹ A ampla maioria das menções – em manchetes, chamadas, textos, infográficos e legendas tratando do “choque de ordem” da prefeitura ou clamando por ele – referiu-se a bairros e áreas (“orla”, “praias”) da Zona Sul (somadas às regiões de classe média e alta citadas anteriormente).

Um dos motes foi o ataque à “verticalização”, ou seja, a construção de andares sobre casas já existentes ou de novos prédios: “o desabamento de um prédio de cinco andares, em Rio das Pedras, berço das milícias, trouxe à tona os riscos da verticalização das favelas. Não houve feridos. Após reunião de 15 construtores, foram paralisadas as obras. A favela já tem três mil prédios”(8/1). Além da caracterização negativa da área como “berço das milícias”, o texto sugere que os moradores ignoram os riscos.

Três dias depois, a manchete destacava o crescimento das favelas. Segundo o subtítulo, “estudo da própria prefeitura desmente tese [do ex-prefeito Cesar Maia] de que expansão foi só vertical” entre 1999 e 2008. De acordo com o texto, “surgiram 218 novas ocupações irregulares, o que deixa a cidade agora com um total de 968 favelas, que se estendem por 3,7% de todo o território do município”. Qual a região escolhida para exemplificar? “Na Zona Sul, a Rocinha foi a comunidade que mais se expandiu (...)”(11/1). No dia seguinte, a manchete saudava a resposta: “Prefeito baixa decretos para conter expansão das favelas”. Além das medidas de praxe, como “demolições em áreas de risco e gabarito para todas até 2012”, mencionou-se a “contratação de arquitetos para orientar moradores”. A comunidade escolhida para ser “modelo para o

⁸ Por exemplo, aparentemente ignora-se que, no Rio de Janeiro, “trabalhadores estão frequentemente dormindo nas ruas e nas praças, durante os dias úteis, e voltando para suas casas apenas nos finais de semana, para diminuir os custos” com transporte. Leandro Uchoas, “Por mar, por terra ou por trilhos, o caos”, *Brasil de Fato* n. 326, 28/5 a 3/6/2009. Disponível em

<http://www.brasildefato.com.br/v01/impresso/anteriores/jornal.2009-06-10.2143871322/editoria.2009-06-10.8537212020/materia.2009-06-12.7701367212>. Acesso em 29/6/2009.

⁹ O Jardim de Alah separa Ipanema e Leblon, dois dos bairros mais valorizados do município.



projeto de regularizar as construções em favelas”, Vila Canoas, localiza-se no bairro de São Conrado, um dos mais valorizados. Não houve menção posterior ao projeto.

A única menção à má distribuição e falta de moradias no Brasil se deu na manchete relativa ao pacote de incentivo à construção civil lançado pelo governo federal em março: “Pacote habitacional não vai aliviar déficit de moradia” (22/3). A informação de que há um “déficit de oito milhões de moradias no país”, atribuída a “representantes do setor privado e (...) técnicos do governo” e usada para criticar o pacote, foi ignorada em todas as menções ao crescimento das favelas e aos moradores de rua. Ou seja, em nenhum momento articulou-se a existência de pessoas que residem em condições precárias – nas ruas ou em favelas – com o direito à moradia e a falta de políticas públicas para garanti-lo. Tais escolhas discursivas, ao tratarem da pobreza sob o ângulo da “desordem”, “ameaça” e “crime”, correspondem a posições políticas.

Jornal e prefeitura, num círculo vicioso e harmônico, pautam um ao outro, privilegiando ações repressivas – e não com o objetivo de assegurar direitos. Ao surgimento de uma “nova favela” em Jacarepaguá, anunciou-se que “prefeitura embargou obras e proibiu novas construções na área” (23/1). A afirmação de que “o esgoto da favela é despejado na Estrada dos Bandeirantes” está mais para justificar a repressão do que reivindicar o direito a saneamento básico.

A partir de 16/3, a capa pautou, quase diariamente, a batalha judicial em torno da demolição de um prédio na Rocinha (comunidade localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, nos bairros da Gávea e São Conrado). *O Globo* defendeu a derrubada do imóvel e teceu duras críticas à concessão, pela justiça, de liminares impedindo a demolição.¹⁰

Resumindo, demolições e a construção de muros em torno de “11 morros da Zona Sul” (28/3) – de um “total de 968 favelas” (11/1) – foram a tônica da cobertura no que diz respeito a habitação.¹¹

3.2. Trânsito

Dois aspectos merecem destaque no que diz respeito à cobertura do trânsito dentro do “choque de ordem”: a) reboque de veículos; b) críticas aos engarrafamentos,

¹⁰ A crítica incluiu diversas demonstrações de desrespeito à autonomia do Poder Judiciário, como a chamada “Juíza apoia o ilegal. E daí?” (18/3), referência à campanha “Ilegal, e daí?”, promovida por *O Globo* há alguns anos, que reivindica ações de “ordem” por parte do poder público.

¹¹ Os autores deste trabalho acreditam que a questão dos muros é tão simbólica (e ao mesmo tempo concreta) que necessita de uma discussão específica, a qual não seria possível travar aqui, pelos limites de espaço. Os autores pretendem realizá-la em um próximo trabalho.



encarados como “desordem”.¹²

A operação para rebocar kombis que funcionavam como depósito de mercadorias para os vendedores ambulantes na orla (“ocupando vagas de estacionamento”) recebeu a chamada “Ordem em Ipanema”, enquanto a legenda de uma foto afirmava estarem “as kombis-depósito no lugar certo: rebocadas pela prefeitura” (12/1). No dia seguinte, enquadrou-se a persistência do *problema* de forma inequívoca: “Kombis na orla desafiam novo prefeito”.

Interessante notar que em nenhum momento ambulantes, camelôs e pessoas que se prostituem foram tratados como sujeitos que estão trabalhando em busca de sustento. São encarados como estorvos. A única iniciativa coletiva de reação ao “choque de ordem” a entrar na pauta – a foto de um protesto de barraqueiros obstruindo a rua com barracas e cadeiras de praia – recebeu a chamada “A desordem reage” e a descrição: “confirmando que estão fora da ordem, ambulantes reagiram ontem à ação da prefeitura na orla da Barra: espalharam pelo asfalto cadeiras de praia, interrompendo o tráfego. Seis foram detidos” (20/1).

O texto sobre a operação que rebocou e multou carros estacionados no Jardim de Alah lamentava que a mesma “não se preocupou com o lixo acumulado no jardim e a ocupação do espaço público pela população de rua, problemas denunciados pelo GLOBO na véspera” (26/1). O veículo reitera sua pretensão de pautar a ação da prefeitura e a expectativa de que a mesma elimine todos os focos de “desordem” elencados. Desta forma, não apenas direciona a atuação do poder público a partir de interesses parciais e particulares, mas contribui para intensificar a já desproporcional oferta de serviços públicos na Zona Sul. Apesar das repetidas evidências da impossibilidade de levar a “ordem” simultaneamente a toda cidade – sequer a todas as praias oceânicas –, inclusive pela falta de efetivo operacional (funcionários públicos), o discurso do jornal defendeu a viabilidade de um “choque de ordem” permanente, ininterrupto e eficaz na Zona Sul.¹³ Em uma cidade sem banheiros públicos, com transporte público precário e com uma parcela da população que insiste em utilizar o automóvel mesmo durante o carnaval, *O Globo* parece esperar que ninguém urine nas ruas e não haja engarrafamentos, ao passo que noticia: “a prefeitura [...] admite que

¹² A alteração nos horários de carga e descarga de mercadorias entrou na cobertura como “Ordem no trânsito da praia: descarga proibida na orla em feriados e fins de semana” (9/1).

¹³ Exemplo é a chamada “Choque de ordem aqui, desordem ali”, acompanhada do texto: “enquanto mais uma operação choque de ordem da prefeitura rebocava 38 veículos em Copacabana e Leblon, na Barra o reforço do patrulhamento não foi suficiente para coibir estacionamento irregular” (19/1).



faltam fiscais” para rebocar carros e perseguir camelôs.¹⁴

A obsessão com o trânsito rendeu manchetes sem relação com o choque de ordem, como “Prefeitura desperdiçou 30% de asfalto em ruas privadas” (2/2). Boa parte das chamadas relativas ao carnaval e aos blocos de rua criticou-os por “provocar engarrafamentos” (16/2). “Choque de desordem” foi a chamada escolhida para o acidente de trânsito (causado por um caminhão de lixo a serviço da prefeitura) que parou a Zona Sul em 18/2. No texto, mesclando descrição e crítica à prefeitura, nenhuma menção ao transporte de massas: a prefeitura falhou por não indicar aos motoristas alternativas para usarem seus carros *em paz*. O jornal parece operar a partir do pressuposto de que há um direito inalienável de as pessoas saírem de carro. Caberia à prefeitura garantir que elas não enfrentem engarrafamentos. Até durante o carnaval, com ruas ocupadas por manifestações populares, o jornal estampou na primeira página: “motoristas reclamaram da falta de orientação para fugir do caos” (22/2).¹⁵ Em momento algum foram mencionados os possíveis efeitos *ordenadores* do investimento em transporte de massa e em medidas para *desestimular* o uso do automóvel.

Talvez a capa mais reveladora da lógica geral que caracterizou a cobertura do “choque de ordem” tenha sido aquela que trouxe uma foto com o título “Não há sinal de luz no fim do túnel”. Eis a legenda:

Barracos emolduram a boca do Túnel Noel Rosa, em Vila Isabel, com a expansão do Morro dos Macacos. A favelização sobre as galerias é apenas um dos sinais do abandono dos túneis do Rio, que sofrem com iluminação deficiente, infiltrações, pistas esburacadas e população de rua (25/1).

Assim, pode-se notar que estes moradores não são encarados enquanto sujeitos, agentes sociais, cidadãos dotados de direitos como quaisquer outros habitantes da cidade. Em *nenhuma* chamada houve menção a alguma voz (movimento social, entidade associativa, liderança comunitária, pessoa comum) dos atingidos pelo “choque de ordem” (ou que os representasse).¹⁶ À ausência das pessoas “de carne e osso”

¹⁴ Pode-se apontar, ainda, a contradição entre a defesa do “Estado mínimo” (o que inclui redução de gastos com servidores públicos e enquadramento na “Lei de Responsabilidade Fiscal”) e a crítica quanto à falta de fiscais. Na verdade, defende-se *Estado penal máximo*, por um lado; e, por outro, *Estado de Bem-Estar Social* e *Estado Democrático de Direito* mínimos.

¹⁵ O anúncio de que a prefeitura perdeu 77% do “poder de investir em projetos” apontou “o resultado” (“contratos de conservação de viadutos, túneis e passarelas suspensos”, “50 mil pontos de luz apagados” e “mais de 20 frentes de obras paradas só em Sepetiba”) e “o remédio” (“corte de despesas de até 40% em alguns programas e secretarias”). Não houve menção a direitos como educação, saúde, emprego e moradia. Novamente, o primeiro exemplo citado diz respeito às condições para circulação individual em automóveis.

¹⁶ Contudo, quando a prefeitura do Rio anunciou um “decreto nos próximos dias determinando que 10% das vagas de empresas que prestam serviço para o município sejam preenchidas por moradores de rua que estão em abrigos”, a continuação do texto mencionou que “empresários do ramo de limpeza e conservação que têm contratos com o governo criticaram a medida e anunciaram que poderão ir à Justiça.” (11/2)

corresponde o *status* de sujeito conferido ao concreto dos túneis. Mais: de sujeito que “sofre”, *vítima* daqueles que, em seu interior ou saídas, buscam abrigo para dormir. Enquanto isso, são ignoradas na matéria as pessoas que habitam as casas mostradas na foto, que também “sofrem com iluminação deficiente, infiltrações”, poluição do ar e sonora, trepidação e outros problemas.

4. Considerações finais: Sobrados e mucambos do século XXI

Eliminar, recolher, limpar, prender, multar, derrubar, demolir, expulsar, reprimir, murar, cercar. *O Globo* caracterizou segmentos da pobreza como objetos (e não sujeitos) merecedores de tais *soluções* e clamou, de forma praticamente diária, para que a prefeitura as levasse a cabo.

Olhando as capas como um todo, salta aos olhos a falta de articulação entre as manchetes sobre crise econômica, desemprego e o crescimento de favelas. Por exemplo, na mesma capa estiveram a manchete “demissões provocam atrito entre ministro e empresários” e a foto principal mostrando, numa imagem aérea feita a partir do mar, a areia e os prédios de Copacabana e, ao fundo, o morro com os barracos do Pavão-Pavãozinho. Título: “Muito além do limite”. Legenda: “Por trás da parede de concreto de Copacabana, a favela do Pavão-Pavãozinho avança em direção ao cocuruto do morro. É a terceira favela que mais cresceu na Zona Sul entre 1999 e 2008. Agora é considerada prioritária pela prefeitura para ter legislação com limites para a expansão” (15/1).¹⁷ Inexistiu qualquer tentativa de articular as manchetes sobre a crise e seus efeitos sobre os trabalhadores com a existência de favelas e de camelôs.¹⁸ As raras medidas anunciadas para garantir direitos não receberam acompanhamento do jornal. Como afirma Milton Santos, “a política, por definição, é sempre ampla e supõe uma visão de conjunto. Ela apenas se realiza quando existe a consideração de todos e de tudo. Quem não tem visão de conjunto não chega a ser político” (SANTOS, 2004, p. 67). Neste sentido, como compreender a construção de acontecimentos por *O Globo* com relação ao Rio de Janeiro? Símbolo de *status* nas primeiras décadas do século XX,

¹⁷ Sintomaticamente, a perspectiva da foto é olhar o morro a partir da praia (no caso, do mar), da mesma maneira que a chamada sobre a construção de muros ao longo da Linha Vermelha (importante via expressa do Rio de Janeiro) é ilustrada por imagens cuja perspectiva é de dentro da via – onde circulam os carros – para fora – onde se encontram os barracos que serão tapados pela “barreira” (20/2).

¹⁸ Ou seja, fenômenos expostos em manchetes como “Tesouro dá R\$ 100 bi para BNDES socorrer empresas” (23/1), “Desemprego nos EUA sobe mais e é o pior em 34 anos” (7/2), “Embraer alega crise sem precedentes e demite 20%” (20/2), “Janeiro cruel na economia” (21/2), “Crise gera onda de emprego terceirizado em todo o mundo” (8/3), “Indústria desaba, consumo cai e já se teme 2009 com recessão” (11/3), aparentemente, nada têm a ver com a existência de favelas e trabalhadores buscando a sobrevivência por conta própria no mercado informal – ou seja, faces da pobreza combatidas e criminalizadas pela atuação do poder executivo municipal.



como atesta O'Donnell (2008), o automóvel continua a possuir um valor que parece suplantar em muitas vezes o do ser humano. Portanto, problematizar os fatos políticos da cidade do Rio de Janeiro a partir de sua comunicabilidade jornalística parece ser um modo importante de demonstrar o viés ideológico presente no discurso do jornal, que na análise aqui operada parece reforçar um *ethos* de exclusão e criminalização da pobreza. No espaço urbano do Rio de Janeiro, os “sobrados e mucambos” tão bem analisados por Gilberto Freyre em sua obra homônima assumem a configuração de “condomínios e barracos”, ou ainda “asfalto e favela”. Neste sentido, a análise apresentada aqui demonstra que não há um tratamento da política que gere o debate conjuntural presente na visão de Santos, visão esta compartilhada pelos autores deste trabalho.

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- _____. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles, “Post-scriptum sobre as sociedades de controle”. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1996.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 16ª ed., São Paulo: Global Ed., 2006.
- GALEANO, Eduardo. *Futebol ao sol e à sombra*. 3ª. ed. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- O'DONNELL, Julia. *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. *Cidade dos artistas: cartografia da televisão e da fama no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2004.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Ed. Record., 2004.
- SODRÉ, Muniz. *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1996.



_____. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.* Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.

_____. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. DP & A, 2005.

THOMPSON, John. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.* Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2008.